



+5544991772279
dservicosdesaude@gmail.com
Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103
Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

AO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO -MG

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 06/2026

PROCESSO nº 30/2026

DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.435.382/0001-26, com sede na Rua José Batista Neves, nº 17, Jardim Canadá, Maringá-PR, CEP 87030-590, representada por seu sócio-administrador **BRAIAN RODRIGUES CAMPOS**, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 105.857.926-66, respeitosamente, apresenta:

IMPUGNAÇÃO

ao edital de chamamento público para credenciamento público nº 06/2026, publicado pela Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A Lei nº 14.133/2021, que rege este certame, estabelece em seu artigo 164 que qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para abertura do certame (ou, no caso de credenciamento com fluxo contínuo, a qualquer tempo frente a ilegalidades supervenientes).

No caso em tela, considerando que o protocolo da referida impugnação se deu nos moldes legais e estabelecidos no certame, resta demonstrada a total tempestividade desta peça.

No mais, é indiscutível seu cabimento, haja vista que a empresa licitante identificou patentes irregularidades, aptas a ensejar a modificação das regras estabelecidas no certame, sobretudo quanto aos requisitos técnicos do profissional.

2. SÍNTESE

Trata-se de Credenciamento de pessoas física e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos para realização de atendimentos na estratégica de saúde da família do município de Campo Belo em



+5544991772279
dservicosdesaude@gmail.com
Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103
Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

conformidade com as diretrizes do sistema único de Saúde (SUS), com regime de 40 (quarenta) e 20 (vinte) horas semanais.

Analizando as exigências de qualificação técnica para pessoa jurídica, é possível verificar a necessidade de apresentação da “Alvará Sanitário” (item 2.16, alínea a), do Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (item 2.16, alínea b) e documentação que comprove a inclusão do estabelecimento no arquivo " TERCEIRO BRASIL". Documento deve ser emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Credenciado, por se tratar de área restrita do CNES. sendo essas as motivações da presente impugnação.

3. Impugnação. Da prescindibilidade do alvará de vigilância sanitária. Prestação dos serviços em locais indicados pela contratante

Conforme mencionado, o Edital de Chamamento Público nº 06/2026 incluiu como requisito de qualificação técnica a apresentação de cópia do alvará de vigilância sanitária, para fins de credenciamento da empresa interessada.

Não obstante, o objeto do Edital ora impugnado é a contratação de empresa e demais interessados na prestação dos serviços de saúde, para a realização de atendimentos na estratégia de saúde da família (PSF) do município.

O item 1.3 do Edital apresentou um detalhamento de todas as modalidades a serem fornecidas pelo credenciado, em caso de contratação, bem como o local específico, designado para prestação dos serviços.

Inferre-se, portanto, que os serviços contratados serão prestados nas unidades de saúde indicadas pelo Município contratante, e não em local próprio, ou junto à sede da pessoa jurídica interessada no credenciamento, no caso, a **Dornelas Serviços de Saúde Ltda.**

Com efeito, a exigência de alvará da vigilância sanitária se mostra desproporcional em comparação ao objeto da contratação. Não há justificativa razoável para exigir que a empresa tenha uma sede física, com aprovação expressa pela vigilância sanitária e todas as burocracias inerentes, tendo em vista que todas as atividades serão prestadas nos PSF's vinculados ao Município de Campo Belo/MG.



+5544991772279
dservicosdesaude@gmail.com
Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103
Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

Sobre o tema, o art. 37 da Constituição Federal, que regulamenta a atuação da Administração Pública, determina que os serviços deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, cujas exigências de qualificação técnica e econômica devem estar limitadas às indispensáveis para garantia do cumprimento das obrigações, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

No caso em tela, o item 4.24 do Pregão Eletrônico nº 36/2026 **fere a determinação constitucional**, tendo em vista que o alvará de vigilância sanitária **não se configura indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações**. Em sentido oposto, tratando-se de contratação para atuação junto às unidades municipais, a própria existência de sede física para a empresa é totalmente prescindível.

A exigência de apresentação de alvará sanitário configura efetivo excesso de formalismo por parte do Edital publicado pela Secretaria Municipal de Saúde, pois não guarda relação direta com a prestação dos serviços médicos, objeto da contratação. Eventuais requisitos técnicos e sanitários para a obtenção do alvará **devem ser solicitados e preenchidos pelos próprios “Locais de Execução dos Serviços”**.

Firme nessas premissas, sob à luz do princípio constitucional de eficiência para a atuação da Administração Pública, é que se pede a revisão do Edital, especificamente para dispensar o alvará sanitário em nome da pessoa jurídica credenciada.

4. Requisitos para a habilitação: apresentação de certidão CNES e documento comprobatório de inclusão do estabelecimento no arquivo “Terceiro Brasil”.



+5544991772279
dservicosdesaude@gmail.com
Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103
Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

Denota-se do edital, que tem por objeto a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços médicos ao município de Campo Belo/MG, que há requisitos a serem cumpridos pelas empresas que quiserem se habilitar para a participação do credenciamento, com o envio de algumas documentações.

Neste contexto, é necessário que as empresas sigam as exigências fixadas na lei e no Edital, sempre visando a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, tendo por base alguns princípios, como: legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e, sobretudo, **igualdade entre os licitantes** (art. 5º da Lei 14.133/2021).[1]

Com relação ao princípio da igualdade, insta salientar os ensinamentos da doutrina de Irene Nohara e Jacintho Câmara:[2]

Igualdade relaciona-se, conforme dito, diretamente com a impessoalidade, pois exige da Administração **tratamento isonômico a todos os que participem da licitação**. Trata-se, ademais, de um dos objetivos da licitação, pois além de buscar a contratação mais vantajosa e de promover o desenvolvimento nacional sustentável, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, conforme reza o caput do art. 3.º da Lei 8.666/1993.

É vedado, de acordo com o art. 3.º, § 1.º, I, da Lei 8.666/1993, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5.º a 12 deste artigo e no art. 3.º da Lei 8.248, de 23.10.1991.

Com efeito, pretende-se garantir a igualdade de condições e isonomia entre os licitantes, preservando o caráter competitivo e evitando vantagens indevidas, que certamente restringem a gama de partícipes no certame.

Sobre isso, o Edital impugnado vai de encontro ao entendimento consolidado apresentado, ao exigir a emissão de certidão CNES e documento comprobatório de inclusão do estabelecimento no arquivo “Terceiro Brasil” para a habilitação em sua cláusula 2.16 alíneas b e c:



+5544991772279
dservicosdesaude@gmail.com
Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103
Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

2.16 Documentos complementares:

- a) Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal.
- b) Comprovante de cadastro no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (Obrigatório as seguintes informações: que o estabelecimento esteja cadastrado com o tipo de atendimento SUS, que o estabelecimento possua CONTRATO/ CONVENIO formalizado SUS). Emitir comprovante no site do CNES: módulo básico, atendimento
- c) Apresentar documentação que comprove a inclusão do estabelecimento no arquivo "TERCEIRO BRASIL". Documento deve ser emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Credenciado, por se tratar de área restrita do CNES.

Insta ressaltar, que a certidão CNES é uma certidão de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Como o nome indica, há a emissão de certidão CNES para as empresas que prestam serviços de saúde em estabelecimento próprio, que deve estar devidamente registrado, sendo o mesmo caso do cadastro do estabelecimento no arquivo Terceiro Brasil.

Ocorre que a empresa Autora não possui local físico, sendo impossível que haja a emissão de tal certificado, sendo que tal restrição da habilitação sem tal documento opõe um ônus desproporcional à empresa frente às demais que possuem estabelecimento. Nessa via, a cláusula limita a participação e restringe o caráter competitivo de tal licitação.

Além disso, insta ressaltar que a natureza da contratação, não gera a necessidade de que haja um estabelecimento próprio da empresa, de modo que não há a ausência de tal ambiente e, por consectário lógico, a inexistência de certidão CNES ou o caso do cadastro do estabelecimento no arquivo Terceiro Brasil, não compromete a eficiência. Tal entendimento pode ser reiterado pelo objeto deste mesmo Edital, qual seja a prestação de serviços de saúde em estabelecimentos do próprio município.

Com isso, há o descumprimento do art. 37, inciso XXI da CF que determina que somente poderão ser exigidas as qualificações técnicas indispensáveis para o cumprimento da prestação dos serviços, objeto do edital.

A execução dos serviços não é impedida em razão da inexistência de estabelecimento e não pode ser obstada a participação no pregão por este motivo, tendo em vista que apenas requisitos que impeçam a eficiência podem excluir as empresas licitantes.



+5544991772279

dservicosdesaude@gmail.com

Rua José Batista Neves, 17, Jd.
Canadá, Maringá | PR,
CEP: 87080-103

Dr. Braian R. Campos
CRM/PR: 44569 | RQE: 33999
Founder & CEO

Desta forma, tal disposição contraria os princípios de igualdade e da limitação dos requisitos apenas quando necessário à preservação da eficiência, já que não há nexos causal entre a possibilidade de prestação dos serviços e a existência de local físico. Posto isso, cabe a revisão da cláusula com a alteração da exigência da certidão CNES e do cadastro do estabelecimento no arquivo Terceiro Brasil no edital.

5. Conclusão

Sendo assim, pede-se o acolhimento dos fatos e argumentos acima expostos pela **Dornelas Serviços de Saúde Ltda.**, para o fim de revisar e suprimir o item 2.16, alíneas a, b e c do Edital de Chamamento Público nº 06/2026, retirando a necessidade de “Alvará da vigilância sanitária” e a necessidade do “Comprovante de inscrição no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES”, bem como cadastro do estabelecimento no arquivo Terceiro Brasil, como requisitos de qualificação técnica.

Por fim, a empresa se coloca à total disposição do Município para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, observando o prazo de inscrição para o credenciamento.

Maringá/PR, 21 de maio de 2026.

BRAIAN
RODRIGUES

CAMPOS:10585
792666

Assinado de forma
digital por BRAIAN
RODRIGUES
CAMPOS:10585792666
Dados: 2026.05.21
19:51:25 -03'00'

DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ: 42.435.382/0001-26

BRAIAN RODRIGUES CAMPOS

CPF: 105.857.926-66